

XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

O TERRITÓRIO COMO ESTRATÉGIA DE MEMÓRIA: MUSEUS DE TERRITÓRIO

GABRIELLE ALVES REIS¹

RESUMO

Ao observarmos políticas de memória e patrimônio e os projetos culturais a elas relacionados, pode-se perceber o crescimento nos debates para novas propostas, impulsionadas principalmente por grupos subalternizados. A questão se torna, assim, cada vez mais política, a partir das tensões entre os diferentes agentes e instituições e isso tem se intensificado também nas práticas museais. Durante muito tempo, esse caráter político dos museus esteve muito associado a formações de comunidades imaginadas, na construção de narrativas oficiais do Estado-Nação. Nos últimos anos, porém, essa prática tem sido apropriada por diferentes grupos como estratégia de mudança social e, dessa forma, o patrimônio pode ser apontado como um recurso político. Porém, é necessário criar estratégias para que esse patrimônio não seja perdido pela coletividade. Dessa forma, os museus de território surgem como uma resposta aos museus tradicionais, baseando-se na musealização de um território, com ênfase dada às relações culturais e sociais homem/território, enquanto estratégia de administração da memória e instrumento de desenvolvimento social, a partir de um esforço de preservação, na tentativa de manter a informação contida no objeto e seu significado. No Brasil, alguns segmentos de grupos subalternizados estão presentes nesse conceito de museu, muitas vezes como reação à desterritorialização. Esses locais surgem nas favelas, bairros periféricos das regiões metropolitanas, no interior, aldeias indígenas ou em demais áreas com a presença desses grupos. Eles estão ligados a lutas pela cidadania, pelo direito de minorias, pelo reconhecimento de culturas marginais. O presente trabalho pretende, portanto, compreender o território como uma estratégia de memória no Rio de Janeiro, em uma nova percepção, a partir dos dois museus de território mais recentes na cidade, em dois casos: o Museu da História e Cultura Afro-Brasileira e o Museu das Remoções, localizados em contextos territoriais diferentes na cidade do Rio de Janeiro. Há uma significativa diferença entre os dois museus que permite-nos a comparação. Enquanto um se constitui a partir de mobilizações contra a ação do Estado, o outro tem no Estado seu articulador e promotor: apesar dos dois construírem uma narrativa sobre sujeitos subalternizados, seus pontos de partida são diferentes. Com a comparação desses dois museus, buscamos contribuir com a discussão sobre as disputas territoriais nas referências de memória na cidade e a relação entre grupos subalternizados, Estado e território, relacionados ao patrimônio. As reflexões teóricas e empíricas que serão

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail de contato: gabrielleareis29@gmail.com



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

apresentadas nesse artigo encontram-se relacionadas com a pesquisa em andamento de mestrado em Organização e Gestão do Território pela UFRJ.

PALAVRA CHAVE: Museu de território; Memória; Narrativa.

ABSTRACT

By observing memory and patrimony policies and the cultural projects related to them, we can see the growth in the debates for new proposals, driven mainly by subaltern groups. The issue thus becomes more and more political, based on the tensions between the different agents and institutions, and this has also intensified in the practices of museums. For a long time, this political character of museums was closely associated with formations of imagined communities, in the construction of official narratives of the Nation-State. In recent years, however, this practice has been appropriated by different groups as a strategy of social change and, thus, equity can be seen as a political resource. However, it is necessary to create strategies so that this patrimony is not lost by the collectivity. In this way, the territorial museums emerge as a response to traditional museums, based on the musealization of a territory, with emphasis given to the cultural and social relations of man / territory, as a memory management strategy and instrument of social development, from of an effort of preservation, in the attempt to keep the information contained in the object and its meaning. In Brazil, some segments of subaltern groups are present in this museum concept, often as a reaction to deterritorialization. These places emerge in the favelas, peripheral neighborhoods of metropolitan regions, inland, indigenous villages or in other areas with the presence of these groups. They are linked to struggles for citizenship, minority rights, recognition of marginal cultures. The present work intends to understand the territory as a memory strategy in Rio de Janeiro, in a new perception, from the two most recent land museums in the city, in two cases: the Museum of History and Afro-Brazilian Culture and the Museum of Removals, located in different territorial contexts in the city of Rio de Janeiro. There is a significant difference between the two museums that allows us to compare. While one is based on mobilizations against state action, the other has in the State its articulator and promoter: although the two construct a narrative about subalternized subjects, their starting points are different. With the comparison of these two museums, we sought to contribute to the discussion about territorial disputes in the memory references in the city and the relation between subalternized groups, State and territory, related to the patrimony. The theoretical and empirical reflections that will be presented in this article are related to the ongoing research of master's degree in Organization and Territorial Management by UFRJ.

KEY WORDS: Territory museum; Memory; Narrative.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

1 - Introdução

Desde o século XVIII, momento no qual os museus se tornaram um elemento público, os discursos para sua implementação estavam baseados na sua função sócio-educativa. No entanto, desde o final do século XIX, com base nas exposições universais, em especial, a Exposição Universal de Paris de 1867, esse conceito vem se modificando. A partir deste momento, sua função vai além de um instrumento de desenvolvimento social e cultural e passa a ocupar uma posição como agente político em seu contexto (KASEKER, 2014).

O IPHAN, associado ao Ministério da Cultura, em 2004, define as instituições museológicas como práticas sociais colocadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e comprometidas com a gestão democrática e participativa. O movimento da Nova Museologia, impulsionado por debates no Chile, em 1972, organizados pelo ICOM², transformou o conceito de museu: a partir de então casas, fazendas, escolas, fábricas, estradas de ferro, minas de carvão, planetários, dentre outros podem receber um olhar museológico. Bruno (2008) aponta que a Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile apresenta os valores seculares como ultrapassados, gerando uma procura de novos caminhos no processo de musealização.

Diferentemente de um museu tradicional, o museu de território, embora aberto a um público amplo, visa a comunidade³ na qual ele está instalado, a fim de que ela se reconheça nele, e, portanto, seja valorizada por si mesmo, contribuindo para a manutenção de sua identidade. Geralmente os objetos em um museu de território permanecem em seu contexto original, são inventariados, mas continuam fazendo parte da vida das pessoas, servindo a elas.

²O ICOM – International Council of Museums, ou Conselho Internacional de Museus – é uma organização não governamental que existe desde 1946 e atua a nível internacional a fim de elaborar políticas internacionais para os museus. Possui relações com a UNESCO e compõe o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas.

³ Consideramos comunidade como a identificação de um grupo sobre questões comuns, o que não se restringe a um lugar ou uma entidade política, apesar da identidade geográfica ser fundamental nesse entendimento. Diz respeito a uma identificação coletiva genérica e não a um lugar físico-territorial. Dessa forma, possui um caráter político, capaz de expor diferenças e, com isso, está sujeito a conflitos tanto internos quanto externos.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

Com isso, a tríade tradicional (edifício, coleção e público) é ampliada e passa a território de ação, patrimônio coletivo e comunidade de habitantes. Assim, o museu lida com o patrimônio tanto material como imaterial, em uma atuação conjunta com a sociedade, ligada ao desenvolvimento cultural e socioeconômico.

Dentre os museus de território, podem ser destacados dois tipos, de acordo com De Carli (2003): o ecomuseu do Meio ambiente, voltado para o aperfeiçoamento dos museus ao ar livre escandinavos e das casas de parque americanas, e o ecomuseu do Desenvolvimento Comunitário, que busca emanar da comunidade, que possui um papel principal nas ações. Esse último tipo concentra-se principalmente no ambiente urbano e, portanto, é o que será abordado neste trabalho.

No município do Rio de Janeiro, dentre os 50 museus criados no século XXI, com base nos registros do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), podem ser identificados oito museus de território⁴, até 2018. Dentre os museus desse tipo, apenas um foi instalado no século XX: o ecomuseu de Santa Cruz. Dentre esses oito destacados, sete possuem a História como temática⁵ – apenas o Ecomuseu de Sepetiba está classificado, de acordo com o IBRAM, com uma temática voltada para a educação, esporte e lazer. Tanto o Ecomuseu de Santa Cruz quanto o Ecomuseu de Sepetiba, porém, são voltados ao meio ambiente. O museu de território é, portanto, a categoria com maior crescimento relativo, com mais 800%, apesar de os museus tradicionais registrarem maior número absoluto no início do século, com 20 novos museus. É importante destacar, contudo, que aqui estamos considerando dados oficiais do IBRAM, onde alguns museus que poderiam ser categorizados como museus de território não

⁴Dentre as categorias adotadas, utiliza-se a separação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), com a presença das seguintes categorias: Jardim zoológico, botânico, herbário, oceanário ou planetário, Museu de Território/Ecomuseu, Tradicional/Clássico, Unidade de conservação da natureza e Virtual.

⁵Dentre as temáticas instaladas, utilizamos também a categorização do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), com a seguinte separação: Antropologia e arqueologia, Artes, arquitetura e linguística; Ciências exatas, da terra, biológicas e da saúde; Defesa e segurança pública; Educação, esporte e lazer; História; Meios de comunicação e transporte; Produção de bens e serviços.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

estão alocados nessa categoria, como o Sankofa, localizado na Rocinha, que se denomina como um dos primeiros deste tipo de museu na cidade.

Neste trabalho, buscaremos uma comparação entre dois museus de território, inseridos em contextos territoriais diferentes: o Museu da História e Cultura Afro-Brasileira, no Centro do Rio de Janeiro, e o Museu das Remoções, localizado na Vila Autódromo, favela próxima ao Parque Olímpico, na Zona Oeste da cidade.

2 - Museologia social

Com o crescimento da museologia social e a ampliação do debate entre museus e a sociedade, o patrimônio pode ser apontado como um recurso político, capaz de combater as desigualdades. Assim, a possibilidade de a musealização do território pode servir enquanto estratégia de administração da memória e instrumento de desenvolvimento social (OLIVEIRA, 2013).

Firmino e Segala (2010) apontam que a discussão sobre os sentidos e usos sociais dos museus comunitários urbanos em áreas marginalizadas (no nosso caso, o "obsoleto" porto carioca e a favela) cresce e se complexifica não só na Academia, mas também em instituições públicas, associações e grupos representativos de moradores.

Oliveira (2013) ainda aponta a territorialidade como resultado do processo de formação do território, sendo sua expressão simbólico-identitária. A partir disso, esse território pode ser encarado enquanto um museu; não o museu tradicional, como um edifício e uma coleção que abriga, aberta a um público visitante, mas um novo processo museológico, que serve a uma comunidade de pessoas segundo os referenciais patrimoniais que constituem sua identidade. Esse processo é capaz de superar as diferenças sociais, como um instrumento de prática cultural, através da manutenção de determinados hábitos e costumes, por meio da preservação de uma história local.

A musealização apresenta um esforço de preservação, em uma tentativa de manter a informação contida no objeto. Nesse processo, não se pretende apenas preservar o objeto, mas principalmente seu significado. Porém, é



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

necessário criar estratégias para que esse patrimônio não seja perdido pela coletividade.

Com grandes projetos urbanos visando os eventos que a cidade do Rio de Janeiro foi sede, pode-se observar uma diferenciação de espaços. Áreas como o Porto carioca e a Barra da Tijuca receberam diversos incentivos, que agregam novas interpretações ao espaço. Alguns grupos são então mobilizados para trabalhar espaços voltados para a valorização da cultura e memória. Assim, a reconquista da memória coletiva associada ao território é fundamental para a promoção de representações.

O crescimento dos museus nos locais marginais, seja em favelas ou locais periféricos, por exemplo, indica uma mudança significativa naquela região, com novas demandas. Por necessitarem de moradores e do público frequentador, os museus possuem diversas interpretações possíveis, mas sempre direcionado ao desenvolvimento local. Nesse caso, os diferentes discursos são essenciais para o entendimento da atuação do museu e da presença do território nesse debate. O discurso, assim, está relacionado a estratégias de luta e resistência, capaz de modelar pessoas, instituições e territórios. À vista disso, a criação de um senso de pertencimento ao lugar é importante para a construção de uma nova identidade.

Nesse caso, é importante estabelecer a relação entre o território e o museu. Aqui, a memória está restrita ao modo de demarcação dos limites espaciais da representação e do agir (CARDOSO, 2015). Os museus de território ou ecomuseus, no entanto, não se limitam ao que é comum das fronteiras da memória, tanto em suas concepções de memória como nas abordagens do território, como já apontado por Mário Chagas (s/d *apud* CARDOSO, 2015). O autor aponta que as novas práticas ecomuseológicas variam entre a territorialização e a desterritorialização: ao mesmo tempo que marcar um território pode significar a criação de ícones de memória favoráveis à resistência e afirmação local frente a processos homogeneizadores, assumir a mutabilidade deste território pode influenciar em estratégias que facilitem a troca e o conseqüente crescimento de agentes museais.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

Os museus, como instituições de memória constroem uma narrativa que privilegia determinada história e, por consequência, ocasiona o esquecimento de outras. Para Gonçalves (2003), os museus são instituições com um sistema de relações sociais e um conjunto de ideias e valores.

Os museus, como agentes ativos da territorialização e pertencimento de um grupo social em diferentes escalas, são capazes de produzir discursos que auxiliem na construção de identidade. Anderson (1987) fortalece essa perspectiva ao argumentar que os nacionalismos são produtos de uma construção ao longo do tempo, onde a museificação e naturalização de alguns elementos são importantes para a construção das nações.

Podemos compreender dinâmicas e processos de territorialização como baseados em práticas de identificação e diferenciação em diversos aspectos. O território, assim, se mostra o lado material das identidades, onde as coletividades são formadas com certas intenções (CARDOSO, 2015). As instituições museológicas, bem como os museus de território, elemento chave para o nosso projeto, são meios para abordar a memória social, além de ferramentas de pesquisa para vetorizar a ação sobre o território, potencializado por meio de seus agenciamentos culturais, como exposições e eventos. Isso converge para a ideia de território como uma atmosfera do real, produzido pelas culturas, como apresentado por Elias (2005).

3 - Memória e território

A memória atua de forma a resgatar e valorizar artefatos históricos, a fim de proteger e preservar patrimônios naturais e culturais. A memória e o patrimônio se apresentam como instrumentos de luta por conta da sua importância na afirmação cultural e política de grupos, principalmente nos dias atuais. A partir da década de 1990, por conta do crescimento do debate acerca de memória e patrimônio, diversos atores lançaram projetos para ocupar edifícios ou modificar espaços já existentes, com a finalidade de construir locais onde a memória e o patrimônio sejam potencializados, utilizando o território, as pessoas e referências à identidade comunitária. É possível, com isso, observar



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

que a memória é seletiva, por passar por um processo de escolha, com a discussão sobre o que deve e o que não deve ser lembrado.

A produção de memória pode ser analisada enquanto um recurso econômico e político, disputada por diferentes grupos com diferentes interesses. A cidade do Rio de Janeiro presencia atualmente diversas ações do poder público e de grupos que buscam a produção da memória através de meios que proponham a inclusão de espaços e populações marginalizadas. A relação desses grupos com o espaço é fundamental para fortalecer o sentimento de pertencimento.

Neste sentido, podemos destacar uma relação entre memória e cidadania, com grupos que buscam a visibilidade para fortalecer laços identitários, fator fundamental para a construção do que Holston (2011) chama de cidadania insurgente. Nesse caso, o autor destaca que as cidades aparecem como palco privilegiado para o desenvolvimento da cidadania, com diversos cidadãos marginalizados e não cidadãos contestando sua exclusão. Assim, a memória pode ser um recurso para grupos invisibilizados disputarem o direito à cidade⁶.

Os museus, como agentes ativos da territorialização e pertencimento de um grupo social em diferentes escalas, são capazes de produzir discursos que auxiliem na construção de identidade. Anderson (1987) fortalece essa perspectiva ao argumentar que os nacionalismos são produtos de uma construção ao longo do tempo, onde a museificação e naturalização de alguns elementos são importantes para a construção das nações.

Halbwachs (1990) afirma que a memória coletiva é o conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo, retém do passado o que é capaz de viver na consciência de um grupo, sempre se redefinindo. No entanto, a leitura dos

⁶O filósofo francês Henri Lefebvre (2008) aponta que o direito a cidade é constituído a partir de necessidades sócias, para a construção de uma nova cidade. Para tal, é necessário ir além de modelos, mas propor um objeto possível a partir da realidade, além de observar implicações e conseqüências da utopia na prática. Assim, a estratégia passa por um programa político de reforma urbana e a elaboração de projetos urbanísticos bem desenvolvidos. O direito à cidade é o direito à vida urbana transformada.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

espaços se dá de maneira exclusiva: “indivíduos, não possuindo vínculos identitários com aquele grupo, ao entrarem naquele espaço terão outros olhares, outros sentidos” (CRUZ, 2016, p. 18). No caso de espaço ou grupo se alterarem, a memória coletiva também é alterada. Dessa forma, as memórias se sobrepõem e é possível observar diferentes significados em um mesmo espaço, com base em diferentes grupos.

A memória atua de forma a resgatar e valorizar artefatos históricos, a fim de proteger e preservar patrimônios naturais e culturais. A memória e o patrimônio se apresentam como instrumentos de luta por conta da sua importância na afirmação cultural e política de grupos, principalmente nos dias atuais. A partir da década de 1990, por conta do crescimento do debate acerca de memória e patrimônio, diversos atores lançaram projetos para ocupar edifícios ou modificar espaços já existentes, com a finalidade de construir locais onde a memória e o patrimônio sejam potencializados, utilizando o território, as pessoas e referências à identidade comunitária.

O espaço é fundamental para que as memórias sobrevivam, por meio da construção de lugares de memória. Nora (1993) defende que esses lugares existem devido a uma vontade de construí-los. Para tal, os lugares de memória necessitam de três características: a) ser concreto, ou seja, ocupar uma parcela do espaço; b) ser abstrato, com um simbolismo atribuído; c) exercer uma função para a sociedade. Os museus representam esses lugares de memória.

4 - Museu da História e Cultura Afro-Brasileira e Museu das Remoções

Neste artigo, apresentaremos dois museus. O primeiro deles é o Museu da História e Cultura Afro-Brasileira, que baseia sua criação no reconhecimento do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial pela UNESCO, hoje localizado no Centro Cultural José Bonifácio, a ser transferido para o armazém Docas Pedro II, onde hoje se localiza a ONG Ação da Cidadania. Já o segundo exemplo é o Museu das Remoções, museu a céu aberto localizado na Vila Autódromo, local que sofreu com diversas remoções para a construção de



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

instalações que visavam as Olimpíadas Rio 2016, entendendo que a memória é o maior instrumento em uma luta de resistência.

O Museu da História e Cultura Afro-Brasileira baseia sua criação no reconhecimento do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial pela UNESCO. De acordo com a secretária de cultura, Nilcemar Nogueira, "o que se preconiza é um museu vivo, de uma relação experiencial e de conscientização do indivíduo." Dessa forma, a representação feita não deve ser somente de objetos, mas de pessoas.

Já o Museu das Remoções possui sete instalações construídas com materiais de demolições deixados para trás. Cada instalação homenageia uma casa ou prédio demolido, assim como a luta enfrentada pelos moradores. De acordo com o plano museológico, o museu busca duas ideias principais: preservar a memória das pessoas removidas, assim como suas histórias, além de servir como instrumento de luta por todos que passem pela ameaça da remoção, entendendo que a memória é o maior instrumento nesta luta de resistência.

Dessa maneira, há uma diferença entre os dois museus que nos permite sua comparação, em especial no que diz respeito à sua constituição. Enquanto um se constitui a partir de mobilizações contra a ação do Estado, o outro tem no Estado seu articulador e promotor. Apesar dos dois construírem uma narrativa sobre sujeitos subalternizados, seus pontos de partida são diferentes: o Museu da História e Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) parte do Estado ao passo que o Museu das Remoções surge a partir do próprio grupo representado.

Por conta disso, diversos representantes de museus comunitários e projetos históricos existentes expressam dúvidas quanto à eficácia e intenções do primeiro. Alguns apontam que o plano para o MUHCAB parece o oposto ao novo contexto da cidade, que está inserida na "nova museologia" ou "museologia social", com o foco em experiências íntimas e interativas nos museus, com estímulo aos visitantes entrarem em contato com novas perspectivas e narrativas subalternas, como o Museu das Remoções, colocado



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

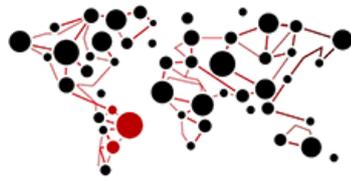
como mais adequado para contar a história de grupos marginalizados. Nesse sentido, algumas entrevistas apontam que o MUHCAB parece encaixar-se em um tipo de museu mais tradicional, com uma narrativa mais dominada pelas elites.

Em contra-partida, o Museu das Remoções é administrado por um coletivo de moradores da Vila Autódromo e colaboradores voluntários das mais variadas formações. Adotamos uma gestão horizontal e, para o desenvolvimento e a execução dos nossos projetos, nos organizamos em grupos de trabalho permanentes ou temporários, visando participar da luta contra as remoções, preservando a conexão simbólica, a memória emocional e as práticas sociais de comunidades removidas. O Museu também tem como objetivo promover eventos no âmbito da resistência artística, utilizando a arte para difundir, propagar e levar à reflexão situações reais de opressão, através de debates, oficinas, teatro, exposições, projeções, saraus, feiras literárias, e qualquer outro tipo de manifestação artística.

5 - Considerações finais

Na busca por resgatar artefatos históricos, além de proteger e preservar patrimônios naturais e culturais, a museologia social e a discussão entre museu e sociedade, torna-se mais evidente que a musealização apresenta uma tentativa de resgatar e manter a informação sobre aquele território. No entanto, são destacadas maneiras para que isso permaneça enquanto discurso.

Os museus de território, como resposta aos museus tradicionais, a partir da musealização de um território, com base nas relações culturais e sociais do homem com aquele território, são cada vez mais presentes no Brasil, com alguns segmentos de grupos subalternizados representados neste conceito de museu, por vezes relacionado à desterritorialização. Isso explica a localização desses locais, em favelas, espaços periféricos e outros. Eles estão ligados a lutas pela cidadania, pelo direito de minorias, pelo reconhecimento de culturas marginais.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

Portanto, com a comparação dos museus, busca-se a reflexão acerca das disputas territoriais nas referências de memória na cidade e na relação entre os grupos, o Estado e o território.

Dessa maneira, os museus se constroem de maneiras diferentes e por isso, entende-se que devem ser compreendidos: enquanto o Museu da História e Cultura Afro-Brasileira é visto por muitos como um museu tradicional, por sua estrutura, que parte de cima para baixo, com pouca participação efetiva da sociedade civil, mas que busca uma narrativa que não é hegemônica, a partir do legado da escravidão sob a ótica da verdade e reconciliação, o Museu das Remoções é um museu de território que reivindica a ocupação daquele espaço pelas pessoas que ali estavam antes das mudanças para os grandes eventos. Isso, no entanto, não significa que um tenha mais importância ou legitimidade que o outro, apenas são formas diferentes de representação.

6 - Referências bibliográficas

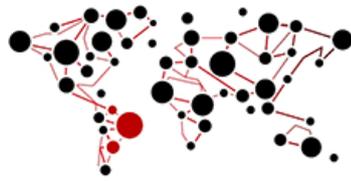
ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BRUNO, Maria C. O. **Museu e museologia: ideias e conceitos: abordagens para um balanço necessário**. Rio de Janeiro: ICOFOM-LAM, 2008.

CARDOSO, Diogo da Silva. **Arquipélago Sociomuseológico Regional: Notas sobre a emergência de um circuito de cultura e memória na periferia carioca (RJ)** Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós Graduação em Geografia, 2015, 300 f.

CRUZ, A.G. **Paisagem e Memória no Cais do Valongo: Novas Narrativas na Região Portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. 47 p.

DE CARLI, Georgina. Vigencia de la Nueva Museología en América Latina: conceptos y modelos. In: **Revista ABRA**. Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional. Costa Rica: Editorial EUNA, julho-dezembro, 2003.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

- ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005
- FIRMINO, A. C.; SEGALA, L. Memória social, museu e trabalho comunitário na Rocinha, Rio de Janeiro. **Relatório final do projeto Memória Social e trabalho comunitário na Rocinha 1976-1984**. ProextMecCultura. LABOEP – UFF, 2010.
- GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 21-29.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2011.
- KASEKER, Davidson Panis. **Museu, território, desenvolvimento: diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, 286 f. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-09022015-115653/en.php>>. Acesso em: 19 ago. 2018.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 2008
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, v. 10, **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, dez 1993. Tradução Yara Aun Khoury.
- OLIVEIRA, Carlos Augusto de. A musealização do território como estratégia de gestão do patrimônio e administração da memória. In: **Revista Memorare**, Tubarão, SC, v. 2, n.2, p. 34-51, jan./abr. 2015